

O TIRO NACIONAL

BOLETIM OFICIAL

DA

FEDERAÇÃO DO TIRO NACIONAL PORTUGUÊS

(Instituída pelo Decreto n.º 2234 de 24 de Fevereiro de 1916)

Filada na Union Internationale de Tir

DIRECTOR, PROPRIETÁRIO E EDITOR
COMISSÃO EXECUTIVA
DA FEDERAÇÃO DO TIRO NACIONAL PORTUGUÊS

SÉDE PROVI-DRIA
LARGO DOS LOIOS, 11 3.º
LISBOA

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
TIPOGRAFIA AMERICA
RUA DA ESCOLA POLIECNICA, 267-LISBOA

SUMARIO

PARTE OFICIAL:

*O Sr. Ministro da Guerra e a Federação do Tiro Nacional
Comissão Executiva
Delegações Nacionais*

PARTE NÃO OFICIAL:

*O Concurso Nacional de Tiro—Dario Canas
Porque se não realisa o C. N. T. P.—Viriato
Écos das Sociedades
Bibliografia*

—D&C—

PARTE OFICIAL

O Sr. Ministro da Guerra e a Federação do Tiro Nacional

A Federação do Tiro, foi no passado dia 14 recebida por Sua Ex.^a o Ministro da Guerra, Sr. general Carmona, a quem foi apresentar os seus cumprimentos e pedir-lhe a sua valiosa cooperação para a obra que a Federação pretende realizar.

Conhece bem a Federação, o momento que o país atravessa e não desconhece também, que é obrigação de todos os portugueses auxiliarem a obra que o actual governo pretende realizar.

Muito bem nos respondeu Sua Ex.^a o Sr. Presidente do Conselho, que está na mão de cada um de nós a resolução do problema.

Sem que a Federação do Tiro tenha a pretensão de aconselhar sequer, a mais simples medida para o equilíbrio das nossas finanças, julgamos ser chegado o momento de ver realizada a obra por que a Federação vem trabalhando.

E' demasiado transcendente para que possamos discutir, o problema da Defeza Nacional, mas parecia-nos que, dispendendo o Estado tão elevada verba com a manutenção do nosso exercito e não tendo este, ainda assim, todos os elementos indispensáveis para uma eficaz garantia da nossa defeza, valeria a pena estudar os pontos de vista que a Federação propaga, os quaes são:

A criação de carreiras de tiro em todo o país e o ensino do tiro obrigatorio nas escolas.

A nosso ver, desde que a grande maioria da população estivesse apta a bem servir-se d'uma arma, talvez as despesas que hoje se fazem com a força armada podessem ser bastante reduzidas e tínhamos decerto um nucleo mais perfeito de soldados porque todos teriam praticado bastante no Tiro.

Nas suas linhas gerais e no curto espaço de que dispomos, são estes os alvités que ousamos sugerir a Sua Ex.^a o Sr. Ministro da Guerra e bem lamentamos que na nossa mão, nada haja de valor para lhe ofertármos em proveito da Patria que, como Sua Ex.^a, amamos ao extremo e com a maior isenção desejamos servir.

As sugestivas palavras de Sua Ex.^a calaram fundo no nosso espirito e felises nos sentimos por lhe termos ouvido manifestar toda a sua simpatia pelo patricio exercicio do tiro que Sua Ex.^a cultiva com o maior brilho e ainda hoje pratica quando os seus afazeres lho permitem.

Deve ser grato para todos os que nos lerem, que são como nós atiradores, o saberem que o ilustre chefe do governo e do exercito, é um atirador laureado, cabendo-lhe, se por mais não fosse, só por esse facto, um logar de destaque entre toda a família dos atiradores portugueses que de Sua Ex.^a muito esperam.

—D&C—

Comissão Executiva

Sessão de 26 de Julho

Membros presentes: Dr. Antonio Martins, presidente, Dario Canas, vice-presidente, Antonio M. dos Reis, vogal, e Silva Guerra, secretario; o sr. João Matos, tesoureiro, impossibilitado de comparecer, fez-se representar pelo secretario.

Resoluções tomadas:

I—Fixar o dia 15 do mez de Agosto proximo, como limite maximo para a entrada na Federação, das relações de socios e cotas relativas ao anocorrente, das Sociedades de Tiro, que ainda não cumpriram esse preceito do R. T. N.

II—Tendo tomado conhecimento de que Sua Ex.^a o Ministro da Geurra determinou que se não

realisasse no corrente ano o C. N. T., obrigado pela necessidade da compressão das despesas do seu ministerio, deliberou a C. E. que se solicitasse de Sua Ex.^a a revogação da sua ordem, propondo, contudo, para que não deixe de atingir-se o seu objectivo, as seguintes alterações ao programa do ano findo :

1.^o Supressão das provas militares (Categorias III, IV, XV, XVI e XVII), por a maior despesa efectuada pelo Ministerio da Guerra consistir na concessão do transporte e ajuda de custo aos atiradores militares da provincia.

2.^o Supressão das provas Luso-Espanhola e das Categorias civis XX, XXIII, XXIV e XXV, por não terem característica verdadeiramente nacional e não terem receita propria.

3.^o Transferencia da epoca da realização do C. N. T. para o mês de Outubro proximo, por não ser já possível levar-o a efeito no mês de Agosto com uma bem preparada propaganda, permitindo esta mudança que ao pessoal da Carreira de Pedrouços seja dado o justo descanso em Agosto e Setembro.

Alem destas alterações, resolveu mais pedir a Sua Ex.^a o Ministro :

1.^o Que mantenha a antiga autorisação para que as unidades e estabelecimentos militares concorram com premios para o C. N. T.;

2.^o Que mantenha a autorisação para que a todos os atiradores militares que desejem tomar parte no C. N. T., seja qual for o logar da sua guarnição, se confira a respectiva guia de marcha, muito embora sem encargos para o Estado no que respeita a transporte e ajudas de custo.

III—Propôr ao Ministerio da Guerra a anulação do despacho que aprovou os estatutos da S. T. n.^o 34 de Abrantes, por a mesma sociedade nunca ter chegado a constituir-se, em consequencia da rejeição official da carreira de tiro consagrada no quartel do R. I. n.^o 2.



Delegações Nacionais

Em 1923 a Federação reconheceu a necessidade da organização anual de um grupo de atiradores em que pudessem ser seleccionadas as "équipes" destinadas á representação de Portugal nos "Matches Internacionais"; impossibilitada, porém, de levar a efeito provas especiais para a escolha desse grupo, resolveu aproveitar, para esse fim, algumas das provas do Concurso Nacional de Tiro, organisando o regulamento das "Delegações Nacionais", aprovado por despacho ministerial de 20 de setembro do referido ano.

Algumas alterações tem sofrido o primitivo texto desse regulamento, sobretudo na parte que respeita á selecção da Delegação de Pistola, devido á evolução importante desta especialidade do tiro nos ultimos tempos.

Publicamos hoje os resultados das selecções desde a sua instituição, com o fim de estabelecer a indispensavel continuidade para o futuro.

Delegações de Espingarda

1923 1924 (1.^o ano)

| | |
|-----------------------------------|------|
| 1 Dario Canas | 1945 |
| 2 Dr. Antonio A. da Silva Martins | 1940 |
| 3 Anibal de Jesus Moraes | 1934 |
| 4 Antonio dos Santos | 1908 |
| 5 Francisco Antonio Real | 1899 |
| 6 Alfredo da Costa Pais | 1893 |
| 7 José Francisco dos Rios | 1835 |
| 8 Francisco Lopes de Oliveira | 1828 |
| 9 Amadeu da Paz Olimpico | 1826 |
| 10 Felix Bermudes | 1809 |
| 11 Anísio Soares | 1798 |
| 12 Manuel da Silva Guerra | 1788 |
| 13 João Isidro Tavares Montano | 1780 |
| 14 José Lopes Abegão | 1744 |
| 15 João Matos | 1719 |

1924-1925 (2.^o ano)

| | |
|--------------------------------------|------|
| 1 Alfredo da Costa Santos | 2016 |
| 2 Francisco P. dos Santos Mendonça | 2000 |
| 3 Anísio Soares | 1919 |
| 4 José Francisco dos Rios | 1906 |
| 5 Anibal de Jesus Moraes | 1902 |
| 6 Francisco Antonio Real | 1890 |
| 7 Amadeu da Paz Olimpico | 1870 |
| 8 Manuel da Silva Guerra | 1850 |
| 9 Dario Canas | 1817 |
| 10 Antonio Soares de Andrea Ferreira | 1816 |
| 11 João Isidro Tavares Montano | 1808 |
| 12 José Lopes Abegão | 1749 |
| 13 Hermínio Rebelo | 1706 |
| 14 Antonio Manuel dos Reis | 1606 |
| 15 Fernando A. Pinto Viegas | 1389 |

1925 1926 (3.^o ano) ⁽¹⁾

| | |
|--------------------------------|------|
| 1 Manuel da Silva Guerra | 1990 |
| 2 Amadeu da Paz Olimpico | 1969 |
| 3 Hermínio Rebelo | 1950 |
| 4 Raul da Cruz Pereira | 1944 |
| 5 Anísio Soares | 1922 |
| 6 Anibal de Jesus Moraes | 1897 |
| 7 Amadeu Acacio Salgado Dóres | 1892 |
| 8 Antonio José Baptista | 1891 |
| 9 Francisco Antonio Real | 1886 |
| 10 Anibal Alves Moreira | 1876 |
| 11 João Matos | 1869 |
| 12 José Francisco dos Rios | 1865 |
| 13 Jorge Francisco de Carvalho | 1854 |
| 14 Eurico Augusto da Silva | 1842 |
| 15 Francisco Antonio Gonçalves | 1832 |

1) — Dispensados do concurso os "Campeões de Portugal" de espingarda e pistola, sendo, para todos os efeitos, considerados seleccionados.

(Continua)



SÉDE DA FEDERAÇÃO

Prevenimos as Sociedades de Tiro e os nossos presados assinantes de que a sede provisória da Federação de Tiro Nacional Português, foi transferida para o Largo dos Loios-II, 3.^o, para onde deve, de futuro, ser dirigida toda a correspondencia.

PARTE NÃO OFICIAL

O Concurso Nacional de Tiro

1926

À data em que escrevemos, ainda não sabemos se o concurso de 1926 se realiza ou não. Depende a sua realização da autorisação, aliás como sempre, mas agora especialmente, de sua Ex.^a o Sr. Ministro da Guerra.

As apertadas medidas de economia que parece presidem ao critério do actual governo, podem ser causa da sua transferência para outro ano. Mau é que assim seja, pois a reduzida verba que o Estado dispõe anualmente com este certame nacional, cuja natureza patriótica ninguém desconhece, não é de montante tal que mereça a atenção d'um ministro, por mais economico que pretenda ser na administração dos dinheiros do Estado.

Há verbas orçamentadas para deslocação de pessoal com as competentes ajudas de custo, e essas correm sempre, quer haja concurso, quer não.

Há o consumo de munições que junto ás despesas anteriores, o Estado não sente porque correm naturalmente.

A verba, porem, em dinheiro, que o Estado dá, essa não excede 7 contos.

Nisto se resume o que o Estado gasta com o concurso.

As despesas do concurso são, contudo, maiores, excedem talvez 20 contos, mas temos a habitual contribuição das unidades e estabelecimentos particulares e ainda os donativos dos nossos Bancos, commercio, etc.

Se da parte do nosso governo o concurso de 1926 não for autorizado, a razão é só a financeira porque, sabemos bem, o exercicio do tiro, merece ao illustre Ministro da Guerra o maior carinho.

Não tem infelizmente a Federação de Tiro recursos para promover, por si, o Concurso porque se os tivesse, teria ocasião de oferecer ao Estado a contribuição material de que ele mostra carecer e tentaria realizar a tradicional prova, verdadeiramente nacional e que tão grande interesse tem sempre despertado no paiz.

Não obstante esta incerteza, reuniu já o jury presidido pelo Ex.^{mo} Sr. General José Pedro de Lemos, estando representados todos os delegados nomeados.

Pelo delegado da Federação foram apresentadas varias modificações ao programa do ano anterior, alterações que foram aprovadas, sendo as principais as seguintes:

Campeonato de pistola—25 metros: passa a ser de 60 tiros, sendo 30 fogo lento e 30 fogo rapido.

Veteranos: facultado o poderem tomar parte em todas as provas do Concurso tendo esta privativa.

Juventude: As primeiras 20 series sem pagamento de taxa.

Prova Inter-Sports: A taça desta prova terá gravado o nome do laureado atirador "Dr. Antonio Martins"

Campeões de Portugal: serão designados por

C. P. com arma de guerra, arma livre, pistola de guerra, pistola livre e carabina.

Desejava ainda a Federação que as series eliminadas fossem reduzidas a 4 tiros, mas o illustre director da Carreira, sempre com o maior desejo de atender os desejos da Federação, mostrou a dificuldade que teria o pessoal marcador, quasi todo analfabeto, para produzir bom trabalho, marcando a maioria das provas em series de 5 tiros, para passar a marcar outras a 4.

Perante estas razões nada tínhamos a objectar. Foi tambem proposto por nós que aos Campeões de Portugal fosse conferida uma medalha d'ouro, como antigamente. Esta proposta, aceite em principio, está, porém, sujeita às possibilidades financeiras que a comissão administrativa apreciará.

Para a distribuição dos prémios objectos d'arte propoz tambem a Federação que os concorrentes das diferentes categorias da prova "Gomes Freire" fossem classificados por ordem de pontos obtidos e a prioridade da escolha do premio dada aos que maior somma de pontos tivessem.

Foram estes os pontos principaes que se discutiram n'aquella reunião.

Aguardemos agora a resolução de sua Ex.^a o Sr. Ministro da Guerra que vai ser devidamente informado da verba que o Estado terá que dispende com a realização do Concurso, para que em ultima instancia sua Ex.^a se pronuncie.

DARIO CANAS

—ooc—

Porque se não realiza o C. N. T.?

Acaba de chegar a este canto do Herminium a noticia de que Sua Ex.^a o Ministro da Guerra, compelido pela imperiosa necessidade de diminuir as despesas do seu ministerio, resolveu que se não leve a efeito o C. N. T. no corrente ano.

Confesso que no primeiro momento me deixou perplexo uma tal novidade, recebida assim de chofre, quando o jury já iniciara os seus trabalhos e quando tudo indicava que a nossa principal, (para não dizer a unica) manifestação de vida em materia de Tiro Nacional, ia mais uma vez realizar-se na Carreira de Pedrouços.

Aprovei mesmo, mentalmente, a decisão ministerial por constituir uma garantia de que o governo está disposto a cortar todas as despesas que, pelo menos de momento, não representem uma inadiavel necessidade nacional, e, como por algum lado se hade começar, registei apenas a má sorte que persegue o Tiro Nacional e lamentei o por ser o primeiro atingido.

Mas, consultado o travesseiro (creio que o Tiro Nacional ainda merece uma destas consultas, embora rapida), cheguei á conclusão de que a decisão ministerial, com a eliminação pura e simples do C. N. T., suprimiu, é certo, uma despesa do orçamento do Estado, mas deu, ao mesmo tempo, e sem necessidade, um profundo golpe numa instituição a quem a Defesa Nacional muito deve e mais, e muito mais, pode vir a dever.

Poderia então, realizar-se a economia sem ferir o Tiro Nacional?

Creio que sim, e senão vejamos.

As despesas do C. N. T. com encargos para o Estado, consistem em regra:

- 1.º Verba orçamental (7.000\$00).
- 2.º Despesas de transporte de equipas e de atiradores militares independentes.
- 3.º Ajudas de custo a oficiais e sargentos da província que fazem parte das equipas militares (os independentes só a receberiam em condições muito especiais).

O consumo de munições de guerra parece, á primeira vista, representar uma despesa muito apreciável, mas não o inclui na lista das despesas, primeiro porque já está fabricado o lote destinado ao C. N. T. e, finalmente, porque se ele se não consumir num fim de tão evidente utilidade, irá com o andar do tempo, para o monte das munições condenadas á avaria em pura perda que, segundo se diz, existem em abundancia no Arsenal do Exército.

Ora o C. N. T. não se faz só com os 7.000\$00 da verba orçamental, unica que o ministerio da guerra entrega ao Jurí.

O C. N. T. tem receitas próprias, sahidas das taxas de inscripção nas suas provas, e é preciso não esquecer que os donativos recebidos, já em dinheiro, já em objectos de arte, representaram sempre um dos maiores recursos do Jurí, bastando, para o verificar, examinar as contas do XXV C. N. T. publicadas no n.º 1 de «O Tiro Nacional».

Todas as outras despesas feitas pelo Ministerio da Guerra são inherentes ao concurso de atiradores militares a quem o Estado tem facilitado o transporte e a sua manutenção em Lisboa.

Mas perderia o Concurso a sua característica nacional se a ele não viessem as delegações militares?

Deixariam de concorrer alguns dos nossos melhores atiradores militares se lhes fosse conferida a guia de marcha, embora sem dispendio para a Fazenda no que respeita a transportes e ajuda de custo?

A primeira pergunta sempre direi que o concurso das delegações militares, á parte o que representa em estímulo para o aperfeiçoamento dos atiradores militares, só representa algum valor nacional pelo facto de traser ao C. N. T. concorrentes de todos os cantos do Paiz, o que não pode ser suprido pelas delegações civis por lhes ter faltado até hoje a assistencia das S. T. e do Estado.

Quanto á segunda pergunta, penso, que viriam a faltar alguns bons valores por não poderem arcar com a elevada despesa da sua deslocação, mas a sua ausencia não seria total.

Pode pois, na minha humilima opinião, efectuar-se o C. N. T. sem prejudicar o objectivo do ilustre ministro da guerra, tão certo estou de que Sua Ex.ª só teve em mira realizar as economias possíveis, em harmonia com o programa do governo á que preside.

Suprimidas do programa do C. N. T. as provas essencialmente militares, (por sinal todas gratuitas) e algumas outras que julgo estão ali verdadeiramente desloçadas, por uma série de razões que não veem para o caso, as despesas do C. N. T. diminuiria bastante, sobretudo se Sua Ex.ª o ministro autorisasse, como até aqui, a concessão de donativos pelas unidades e estabelecimentos militares.

Ao mesmo tempo, intensificando-se a propaganda, é natural que se obtivesse uma maior percentagem de premios e donativos das corporações administrativas e particulares, de forma a atenuar a natural diminuição da verba proveniente dos donativos das unidades militares.

Isto nem sequer representaria um aumento de trabalho para o Jurí que tinha, ao que parece muito adiantados os trabalhos de propaganda, com bastante despesa já feita.

Simplemente teria que se escolher para mais tarde a data da abertura do C. N. T., visto que o tempo era perdido certamente não permitiria a sua realização no mês de agosto, e o mês de setembro é pouco recomendavel para torneio de tão grande vulto.

A Federação decerio não passaram despercebidos estes pequenos detalhes, como não irão passar áquelas pessoas a quem corre a obrigação de informar o Senhor Ministro da Guerra.

VIRIATO

—♦♦♦—

ÉCOS DAS SOCIEDADES

FIGUEIRA DA FOZ—PAIÃO

S. T. N.º 20 — «*Poule*» realizada em 13 de maio findo, em honra da Sociedade Filarmónica Paionense.

10 tiros a 200 m. em posição á vontade:

| | |
|------------------------------|----|
| 1 Joaquim Alves de Freitas | 74 |
| 2 Manuel da Silva Ruivo | 68 |
| 3 José Pedro Gomes | 54 |
| 4 José Noves Pinto | 53 |
| 5 Diamantino Pinto | 49 |
| 6 Manuel da Costa e Cunha | 44 |
| 7 Joaquim da Costa Duarte | 42 |
| 8 Cassiano Bernardes | 32 |
| 9 Manoel de Oliveira Cardoso | 27 |
| 10 Evaristo G. M. das Neves | 20 |

2 premios

EVORA

S. T. N.º 33 — «*Poule*» realizada em 4 de julho — 15 tiros a 300 m., sendo 5 em cada posição:

| | |
|---------------------------|----|
| 1 Carlos Nunes | 48 |
| 2 Manuel da Silva Martins | 18 |
| 3 Francisco Lourenço | 14 |

Premio — Um bronze oferecido por um socio

—♦♦♦—

Bibliografia

Portugal:

«Revista de Artilharia» — N.ºs 10 e 11, Abril e Maio.

«Revista Militar» — N.ºs 5 e 6, Maio e Junho.

Estrangeiro:

«Armas y Deportes — Órgão oficial do Tiro Nacional de Espanha — N.º 40, 15 de maio; n.º 41, 1 de junho; n.º 42, 15 de junho; n.º 43, 1 de julho; n.º 44, 15 de julho.

«L'Union» — Órgão oficial de União das Sociedades de Tiro da Belgica. N.º 6 — Junho.